

1 CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
2 OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
3 ATA DA 77ª REUNIÃO
4

5 Data: 25 e 26 de FEVEREIRO de 2010.

6 Local: Brasília- SRHU/MMA

7
8 **REPRESENTANTES:**

- 9- Ministério da Integração Nacional: Davi Tadeu Borges Marwell-
10 (davi.marwell@gmail.com)
11- Ministério do Meio Ambiente – ANA: ausente
12- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Roberto Alves Monteiro-
13 (roberto.monteiro@mma.gov.br)
14- Ministério das Minas e Energia: Andrea Figueiredo- (andrea@mme.gov.br)
15- Conselhos Estaduais - PR/MT: Ellen Kenia Kuntze Pandoja
16 (ellenpantoja@sema.mt.gov.br)
17- Conselhos Estaduais - MG/ES: Marília Carvalho de Melo
18 (marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br)
19- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila C. Gomes- (lcgomes@sp.gov.br)
20- Conselhos Estaduais - DF/GO: Diogenes Mortari-
21 (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
22- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva
23 (luiz.pinheiro@inga.ba.gov.br)
24- Conselhos Estaduais – AL/RN: Joana Darc Freire de Medeiros
25 (joanadarc.medeiros@gmail.com)
26- Conselhos Estaduais – PE/PB: Hélio Oliveira André
27 (helio.andre@srh.pe.gov.br)
28- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento
29 Sanitário: Pedro Luis Prado Franco- (pedrolpf@sanepar.com.br)
30- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Oscar Brás Berreta
31 Pion- (pion@emae.com.br)
32- Indústria: Maria de Lourdes P. Santos- (maria.lourdes.santos@vale.com)
33 Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João
34 Carlos de Freitas Silva – (ojoaos@hotmail.com)
35- Organizações não Governamentais: Otávio Maffei dos Santos-
36 (maffeicomite@gmail.com)
37- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda
38 (tania.miranda@lactec.org.br)

39
40 **DEMAIS PRESENTES:**

- 41 Luciane Rodrigues Lourenço- SRHU (luciane.lourenco@mma.gov.br)
42 Martha Regina Von Borstel Sugai-COPEL- (martha.sugai@copel.com)
43 Vania Lucia Rodrigues-SABESP- (vania.rodrigues@sabesp.com.br)
44 Sebastião Vainer Bosquilia-CBH-PCJ- (sbosquilia@sp.gov.br)
45 Célia Regina Bueno Palis Poeta (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
46 Paulo C. Germano- CORSAN- (paulo.germano@corsan.com.br)
47 João Germano Ferreira Neto-SRHU- (joao.neto@mma.gov.br)
48 Maria Aparecida Vargas- (vargasma@terra.com.br)
49 Monica Irion Almeida- Copel- (monica.irion@copel.com)
50
51 Flavia Pitanga Calil Salim- IEMA- (flaviasalim@hotmail.com)

52 Christine Lombardo Costa Perreira- PETROBRAS-
53(chistinelsp@petrobras.com.br)

54 Eduardo Schlaepfer R. Dantas- CEDAE/AESBE-(edudantasrj@hotmail.com)

55 Flavia Gomes Barros- ANA- (flavia.barros@ana.gov.br)

56 Eduardo Mazzolenis de Oliveira- CETESB-SP- (eduardom@cetesbnet.sp.gov.br)

57 Conselheiro- João Climaco-FONASC- (climaco@uai.com.br)

58 Luiz Cláudio C. Figueiredo- VALE S.A.(luiz.castro.figueiredo@vale.com)

59-

60

61RELATORIA CTPOAR:

62Ednaldo Mesquita Carvalho (SRHU/MMA) – (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

63

64ASSUNTOS DISCUTIDOS:

65Item 1 – Abertura – Às 09h40 do dia 25 de fevereiro de dois mil e dez, no Ed. Marie
66Prendi Cruz, localizado na SEP 505, Lote 2 – Brasília/DF, procedeu-se à abertura da 77ª
67Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e
68Ações Reguladoras – CTPOAR, pela Sra. Leila C. Gomes, presidente da CT e
69representante do CERH/SP. Feitos os esclarecimentos e cumprimentos iniciais, passou-
70se para o item 2 da pauta. Item 2 – Eleição de Presidente da Câmara. Inicialmente
71Sra. Leila C. Gomes, voltou a afirmar que não desejava mais desempenhar a função de
72presidente da Câmara e sugeria renovação e mudança. Ao mesmo tempo, agradeceu a
73todos pelo apoio ao longo de todos os anos que esteve à frente da CTPOAR,
74complementou dizendo que neste período teve a oportunidade de trocar e compartilhar
75experiências. Mesmo com esta manifestação inicial, diversos membros da Câmara ainda
76insistiram pela permanência da Sra. Leila à frente da CTPOAR, enaltecendo sua
77competência, segurança e liderança. Finalmente a representante da Indústria,
78Conselheira Sra. Maria de Lourdes Santos, sugeriu o nome da Sra. Marília Carvalho de
79Mello, representante do Conselho Estadual de Minas Gerais, para assumir a função de
80presidente da Câmara. Após manifestações favoráveis à indicação da representante do
81Conselho Estadual de Minas Gerais, a Sra. Marília disse que Minas Gerais está a
82disposição para assumir a função e aproveitou para dizer que a responsabilidade era
83grande, reconhecia que a CTPOAR é estratégica e que substituir a Sra. Leila na função
84era mais complexo ainda. Encerrados os debates, por unanimidade foi eleita por um
85período de um ano a Sra. Marília Carvalho de Mello como presidente da CTPOAR.
86Item 3 – Aprovação da Ata da 76ª Reunião da CTPOAR. Com algumas alterações, a ata
87da 77ª reunião foi aprovada. Item 4 – Aprimoramento da programação da Oficina
88para discussão sobre a gestão de recursos hídricos em corpos de água
89intermitentes, definição de datas, comissão de organização, responsabilidades.
90Inicialmente foi lido o trecho da ata anterior sobre o assunto. Todos os presentes foram
91unânimes em dizer que a oficina deve ser realizada e que esta deve focar nas questões
92outorga e enquadramento, em Rios Intermitentes, não devendo ser abordado os aspectos
93cobrança e fiscalização que seria apresentado pela ANA. Outro ponto novamente
94ênfatizado é que a oficina será voltada prioritariamente aos membros da CT e outros
95representantes de órgãos gestores. Recomendou-se que os convites fossem estendidos
96também aos comitês de bacia e sugeriu-se que fossem feitos convites a representantes
97da Academia, para fazerem apresentações, assim, seria possível ouvir também a opinião
98de técnicos de outros setores com visão mais ampla possível. Estas apresentações
99seriam feitas no primeiro dia, seriam palestras feitas por técnicos especializados, estes
100deveriam focar em torno de pesquisas sobre o tema. Foi lembrado que devido ao recente
101lançamento pela ANA do Atlas do Nordeste, seria interessante solicitar a Agência, que
102o Sr. Ney Maranhão, um dos responsáveis pelo documento que o apresentasse, retirando

103do Atlas informações relacionadas aos rios intermitentes. Para os técnicos que viessem a
104abordar o tema dentro de uma visão internacional, solicitar que os mesmos abordem
105também a questão do reuso da água, assunto muito interligado às regiões semi áridas
106onde os rios intermitentes se inserem. Foi decidido que tanto nas justificativas, como
107nos objetivos, fossem abordadas estas decisões de convidar a academia e também a
108menção sobre o reuso . A Presidente da CT a Sra. Marília Carvalho de Mello alertou
109para o fato que “devemos ser pragmáticos e focados na questão, dificuldades de
110definição critérios técnicos para implementar os instrumentos de gestão em rios
111intermitentes”. A oficina acontecerá em Brasília nos dias 25 e 26 de maio de 2010. O
112grupo responsável pela realização da oficina é composto pelos Srs. Ednaldo M.
113Carvalho, Otávio Maffei dos Santos, e Sra. Joana D'arc Freire Medeiros, além de um
114representante da ANA e mais um representante da SRHU. Foi sugerida a criação de
115uma comissão de sistematização para na reunião da CT após a realização, avaliar a
116oficina. Item 5 – Continuação da discussão sobre “proposta de resolução referente a
117diretrizes para cadastro de usuários”.5.1- Apresentação dos estados São Paulo e
118Pernambuco: Procedimentos e processos de cadastramento de usuários. Como
119programado, a Sra. Leila C. Gomes fez uma apresentação conforme anexo, sobre o
120título “Cadastro de Usos de Recursos Hídricos- DAEE- São Paulo”. Apresentou a
121situação e processo de cadastramento de usuários de águas superficiais e subterrâneas,
122em São Paulo, comentou que o cadastro de outorga funciona melhor por usos e não por
123usuários. A apresentação permitiu a todos os presentes uma visualização do que é feito
124hoje no Estado de São Paulo em termos de cadastramento de usuários. Vários foram os
125pedidos de esclarecimento para retirada de dúvidas. Ficou evidente que os diversos
126Estados estão em níveis diferentes de avanços nesta questão. Em seguida o
127representante do Estado de Pernambuco, Sr. Hélio André, comentou que no momento,
128vários são os problemas que o seu Estado vem enfrentando para dinamizar o
129cadastramento de usuários de recursos hídricos. Alertou que qualquer ação nacional
130neste sentido, deve levar em conta o que ele denominou de “descamisados digitais”,
131usuários da água que desconhecem os fundamentos para se auto cadastrarem por meios
132digitais. Durante os pedidos de esclarecimento, representantes de Minas Gerais
133informaram que no Estado têm sido adotados os mesmos procedimentos adotados em
134São Paulo. Todos foram unânimes em afirmar que processos mais simples de
135cadastramento são mais eficazes e que informações variadas sobre os usuários podem
136fornecer dados importantes sobre o universo da bacia. Foi informado também que em
137SP e MG já existe um trabalho sistemático, o que não acontece na maioria dos demais
138Estados. Sobre os encaminhamentos, novamente permaneceu a dúvida sobre a
139oportunidade ou não da CT preparar uma proposta de resolução para sugerir estratégias
140que venham a uniformizar conceitos e procedimentos sobre o tema. Foi lembrado
141que em 2009 a CTPOAR já havia opinado favoravelmente para participar da análise e
142complementação dos campos que iriam compor o Pré CNARH. Ao final, novamente os
143representantes de MG, deram um resumo sobre o que ocorreu quando da “Campanha
144de regularização do uso da água” no Estado onde foram cadastrados 400.000 usuários,
145tudo foi auto declaratório, visando o registro do uso legal. Ficou evidente que o
146cadastramento feito em MG, como dito, foi fruto de uma rede de parcerias. Maiores
147detalhes serão fornecidos na próxima reunião da CT. O representante do DF., Sr.
148Diógenes Mortari, comentou sobre algumas ações que estão acontecendo hoje no DF.
149em termos de cadastramento dos usuários da água. Os trabalhos de cadastramento, em
150um primeiro momento, estão desvinculados da outorga, estão sendo utilizadas
151ferramentas da internet, com estimativa de uso quando do momento do cadastro, foi dito
152que a adesão tem sido boa, e que não estão sendo solicitadas muitas informações.
153Pretende-se trazer os usuários para o sistema cadastrando-os de tal forma que o sistema

154“converse” com o Pré-CNARH. Diante desta conjuntura, após comentários sobre os
155avanços obtidos em MG e DF, ficou decidido, como encaminhamento, que o tema seria
156novamente pautado na próxima reunião da CT e que seriam convidados os Órgãos
157Gestores de MG e DF para apresentarem-se, bem como a ANA para mostrar o estágio
158atual do Pré CNARH, enfatizando a possibilidade da CT contribuir com a sua
159concretização. Item 6 – Continuação da elaboração da minuta de proposta de
160resolução que disporá sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e
161outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de diluição de efluentes
162líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água superficiais. Como
163estratégia de trabalho, foi feita novamente uma leitura da última versão de toda a
164proposta de resolução, deixando a ementa e os considerandos sem maiores
165aprofundamentos. Sugeridas pelo Sr. Eduardo Mazzolenis, foram ainda feitas emendas,
166acatadas por todos no art. 2º. Como decisão da CT, o inciso V do artigo 2º que deveria
167tratar da capacidade de assimilação, foi retirado, por ser esta, uma resolução de caráter
168nacional. Com respeito ao artigo 4º, foi retirado seu caput, porque estava semelhante ao
169caput do artigo 3º, os seus incisos, foram integrados aos incisos do artigo 3º. Neste
170ponto, foram encerrados os trabalhos de análise desta proposta de resolução. Os
171mesmos serão retomados na próxima reunião. Item 7– Continuação da discussão sobre
172diretrizes para elaboração de um plano de emergência e contingência, para barragens,
173considerando as condicionantes apresentadas nos atos de outorga. 7.1 – Início da
174elaboração de proposta de resolução. O relator da CT informou que, desde a 71ª reunião, este
175assunto vem sendo debatido na CT e era, inclusive, uma das prioridades estabelecidas para a CT
176pelo Plenário do CNRH. Informou ainda que havia encaminhado a todos, a versão do PL 1181
177de 2003 que tinha seguido para o Senado e que a sua seção II deveria servir de subsídio para a
178elaboração de uma proposta de resolução que trataria “ *de um plano de emergência e*
179*contingência para barragens,*”.Imediatamente após estes esclarecimentos, novamente veio à
180baila a questão de tramitação do PL 1.181 de 2003, no CNRH e na Moção nº 32, de julho de
1812005, que encaminhou um substitutivo à Câmara do Deputados, apoiando a tramitação do PL
182em questão. Ficou evidente a preocupação da CTPOAR e principalmente dos Órgãos Gestores
183presentes que o PL dá atribuições a estes que não são compatíveis ou suportáveis por estes
184órgãos. Entende a CT que a responsabilidade de planos de contingência e emergência deve ser
185da responsabilidade do operador ou gestor do empreendimento e que nunca será um documento
186final, devendo ser atualizado ou revisto a cada situação nova. Foi dito que como o CNRH já se
187manifestou favoravelmente à tramitação do PL, encaminhado inclusive um substitutivo, não
188haveria porque a CTPOAR aprofundar ainda este assunto. Como no outro dia da reunião, esta
189seria conjunta com a CTAP e que foi a CTAP que sugeriu ao plenário do CNRH o envio do
190substitutivo e o apoio ao PL 1.181. A CTAP poderia esclarecer melhor o assunto. O relator da
191CTPOAR foi encarregado de contatar a CTAP para que estes esclarecimentos fossem
192fornecidos durante a reunião conjunta. Item 8 – Reunião Conjunta com a Câmara Técnica de
193Análise de Projeto. – Conclusão da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais
194para a definição de vazões mínimas remanescentes, considerando contribuições
195encaminhadas após reunião conjunta com a CTAP em Campo Grande. Discussão e
196encaminhamento das contribuições apresentadas. Reunião conjunta com a CTAP. A
197Sra. Marília Mello, Presidente da CTPOAR, abriu a reunião agradecendo a participação
198da CTAP e informou que antes de iniciar a pauta estabelecida haveria um espaço para
199discussão e esclarecimentos sobre a origem e tramitação do PL-1.181/97 – Segurança
200de Barragens, por parte dos representantes da CTAP, onde originou a proposta de
201substitutivo deste projeto de lei. A Sra. Martha Sugai (Concessionárias) prestou os
202esclarecimentos solicitados, ressaltando a manifestação do CNRH por meio da Moção
203nº 32, de 18/07/2005, que contém a proposta de substitutivo do CNRH como anexo e a
204apresentação do assessor parlamentar, Sr. Titan de Lima, realizada na XXVI Reunião
205Extraordinária do CNRH, em 26/10/2009, não cabendo a reabertura da discussão desta
206matéria na CTPOAR. As questões surgidas posteriormente, como a criação de novas

207atribuições de fiscalização aos órgãos gestores, sem a correspondente fonte de receita,
208deveriam ser levadas diretamente ao Congresso Nacional. Foi informado que o PL-
2091181/97 tramitou com aprovação na Câmara dos Deputados e que a versão final,
210contendo algumas das sugestões do CNRH, encontra-se atualmente no Senado Federal.
211Por fim, houve consenso de que o relator envie aos membros da CTPOAR a versão
212proposta pelo CNRH, anexa à Moção nº 32/2005, para conhecimento análise e
213providências que julgarem necessárias no âmbito do seu Estado. A seguir, passou-se a
214pauta da reunião com a apresentação da Sra. Luciane Lourenço (SRHU) das conclusões
215da oficina sobre vazão ecológica/ambiental/mínima realizada pela SRHU, em outubro
216de 2009 (Anexo 2), com o objetivo de discutir competências e diretrizes técnicas e
217político-institucionais para a adoção de vazão ambiental no Brasil. Informou que a
218conclusão do assunto está prevista para a oficina do dia 28 de abril do corrente ano. Na
219discussão da matéria foram apresentadas as seguintes observações: pelas afirmações,
220percebe-se que há confusão entre vazão e enquadramento, havendo necessidade de
221acompanhamento da área jurídica para essas questões de competência; também há
222necessidade de definição das competências para as três variáveis: outorga,
223licenciamento e enquadramento, num trabalho integrado entre CNRH/CONAMA; os
224órgãos gestores precisam de uma metodologia de cálculo (número de referência)
225estabelecida para dar segurança aos empreendimentos; a proposta de resolução aborda
226sutilmente a questão de competência e integração entre o CNRH/CONAMA e não
227resolve esse problema recorrente; a definição da vazão ambiental seria necessária
228somente em casos onde há conflito pelo uso. Do debate surgiram as seguintes propostas:
229utilizar a próxima oficina para aprofundar a discussão para a integração dos sistemas e
230definir as estratégias de ação; criar um GT conjunto para definir, acompanhar e
231sistematizar a programação da oficina para obtenção da proposta resolução; inserir uma
232apresentação da câmara técnica para nivelamento dos participantes; destacar a discussão
233da proposta de resolução dos demais temas da oficina; pautar as reuniões da CTAP e
234CTPOAR, para a participação da oficina; definir o local e data de acordo com as
235câmaras técnicas; definir os componentes do GT e expor as propostas ao Sr. Marco
236Neves (DRH/SRHU), que se dispôs a comparecer à reunião. Com a presença do Sr.
237Marco Neves (SRHU/MMA) a Presidente da CTPOAR informou sobre o debate e
238propostas de encaminhamentos acerca da programação e participação da CTAP e
239CTPOAR na oficina prevista para o dia 28 de abril, inclusive da criação do GT,
240concedendo-lhe a palavra. O Sr. Marco Neves (SRHU/MMA) informou o processo de
241revisão do Plano Nacional, destacando as Oficinas Nacionais com o objetivo de
242aprofundar a discussão de três temas: Mudanças Climáticas, Recursos Hídricos no Meio
243Urbano e Água e Meio Ambiente. Esclareceu que, paralelamente, a SRHU vem
244promovendo o debate sobre vazões ecológicas e eco regiões aquáticas e que a idéia seria
245a de inserir esta discussão no tema Água e Meio Ambiente, prevista para a segunda
246quinzena de abril, em João Pessoa/PB. Nas manifestações dos membros foi sugerida a
247mudança de local da oficina para Brasília, com ênfase no tema vazão ecológica, devido
248à sua importância, oportunidade e necessidade de definição de competências e de
249integração com o SISNAMA, sem a inserção em Água e Meio Ambiente considerado
250muito amplo. O Sr. Marco Neves (SRHU/MMA) esclareceu que a construção do
251cronograma depende de entendimentos com os órgãos gestores, conselhos estaduais e
252comitês de bacia e prevê doze encontros, sendo um em cada região hidrográfica, com
253foco principal na priorização de temas para os próximos quatro anos e um seminário de
254consolidação em Fortaleza/CE, em novembro de 2010, sem descartar a possibilidade de
255acolhimento da proposta das CTs. Disse que pelo seu entendimento, o encaminhamento
256das câmaras técnicas seria para o destaque da vazão, dentro do tema Água e Meio
257Ambiente e concordou com a criação de um GT para trabalhar na definição da

258programação da oficina juntamente com os técnicos da GAP/DRH. A pedido dos
259presentes, fez um breve relato sobre o foco dos demais temas das Oficinas Nacionais:
260Água e Economia; Água e Mudanças Climáticas, e Água e Ambiente Urbano. A
261composição do GT foi assim definida: pela CTAP – Martha Sugai (concessionárias),
262Flávia Barros (ANA) e Fred Crawford (MT) e pela CTPOAR – Diógenes Mortari
263(CERH/DF), Roberto Monteiro (SRHU/MMA) e Andrea Figueiredo (MME) e marcada
264a reunião com os técnicos Luciane Lourenço e Maurício Pompeu, da GAP/DRH, para o
265dia 4 de março, às 15h. Por fim, foi informado que a participação dos interessados nos
266demais temas das oficinas será divulgada oportunamente e apresentados os
267agradecimentos e convites para eventos relacionados. Houve pausa para o almoço e a
268seguir prosseguiu-se com a discussão, item a item, da proposta de resolução com as
269contribuições apresentadas (Anexo 3), até o § 2º do art. 5º. Registra-se que os artigos 2º
270e 4º e seus incisos foram decididos pelo voto dos membros das duas câmaras técnicas.
271Houve consenso, devido à complexidade do assunto, que a próxima reunião será
272iniciada com uma breve apresentação, pelo representante da ABRAGE na CTAP, sobre
273o § 3º do art. 5º, que trata dos casos de barragens com trechos de rios com vazão
274reduzida ou de trechos de rios desviados. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
275encerrada às 16h30.

276

277 Ata aprovada na 78ª reunião, realizada nos dias 28 e 29/04 de 2010.

278

Marília Carvalho de Melo

Presidente da CTPOAR

Ednaldo Mesquita Carvalho

Relator da CTPOAR